

**DESEQUILÍBRIO DAS INFORMAÇÕES AO CIDADÃO:
ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO ENTRE JORNAIS
IMPRESSOS E POLÍTICA NO ESTADO DO PARÁ**
*DISEQUILIBRIUM OF INFORMATION TO CITIZENS:
CASE STUDY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN
NEWSPAPERS AND POLITICS IN THE STATE OF PARÁ*

Rodolfo Silva Marques*
Bruno da Silva Conceição**
André Silva de Oliveira***

RESUMO: O presente artigo analisa a relação dos principais jornais do estado do Pará (O Liberal e Diário do Pará) com a classe política estadual. Embora sejam concorrentes empresariais, estes veículos de comunicação podem apresentar um eventual alinhamento político com os políticos tradicionais do Pará. Dessa forma, os interesses políticos dessas elites midiáticas, às vezes comandadas ou patrocinadas por políticos locais, afetam o conteúdo da informação transmitida para a população paraense. Nesse cenário, jornais de pequena circulação representam uma alternativa relevante de conteúdo informativo permitindo que o acesso às informações de interesse público não seja tão deturpado pelos jogos de poder. Partindo da perspectiva teórica da qualidade da democracia, o texto se empenha em verificar como os jornais de maior circulação, e também as pequenas mídias impressas alternativas, posicionam-se acerca da política estadual e da informação levada ao público. Para tanto, será pesquisada a história de fundação destes jornais e sua relação com a classe política no passado e na atualidade.

* Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor adjunto na Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, PA, Brasil; e-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

** Mestre em Ciência Política e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; e-mail: brunopolitica@gmail.com.

*** Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil; e-mail: bandaraportugal@ig.com.br

Palavras-Chave Qualidade da Democracia; Jornais; Política do Pará; Acesso à Informação.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship of the major newspapers in the state of Pará (the Liberal and Pará Daily) to state political class. Although business competitors, these communication vehicles may present a possible political alignment with traditional political of Pará. Thus, the political interests of those media elites, sometimes controlled or sponsored by local politicians, affect the content of the information transmitted to the population. In this scenario, small newspapers represent a relevant alternative information content allowing access to information of public interest is not so distorted by power games. From the theoretical perspective of the quality of democracy, the text strives to see how the major newspapers, and also small alternative print media, are positioned about the state policy and information brought to the public. Therefore, will be searched the foundation of the history of these newspapers and their relationship with the political class in the past and today.

Keywords: *Quality of Democracy; Newspapers; Pará Policy; Access to Information.*

1 INTRODUÇÃO

Por vezes conhecidos como o “Quarto Poder”, além dos três existentes na República Brasileira (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), os meios de comunicação – jornais, rádio, televisão, internet, entre outros – desempenham um papel importante de informação do cidadão, essencial para a qualidade democrática de qualquer país. Nesse sentido, os estudos sobre a relação entre a mídia e a classe política têm crescido substancialmente, nos últimos anos, com análises que perpassam desde uma visão mais local da ação dos veículos de comunicação, até análises de abrangência nacional do posicionamento deles sobre os políticos (Porto, 2004; Miguel, 2004; Rothberg, 2005; Braga, 2006; Lima, 2007; Rubim, 2010; Fernandes, 2011; Thompson, 2012; Marques e Mont’Alverne, 2015).

O estado do Pará é um dos maiores estados em extensão territorial do Brasil com uma população aproximada de 8.000.000 milhões de habitantes, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010). Os paraenses dispõem de dois jornais de grande circulação para informar a sua população dos acontecimentos diários: *O Liberal* e *O Diário do Pará*. A disputa entre estes jornais pela conquista do mercado consumidor estadual ultrapassa, na verdade, a mera competição empresarial para se converter em uma forte e renhida luta política em que não falta, sequer, a troca de acusações pessoais, por vezes infames, entre os dirigentes de cada um dos grupos de comunicação social. A aproximação dos meios de comunicação com os políticos, por vezes donos desses grupos midiáticos, contribui para o acirramento das contendas partidárias.

O gigantismo dos dois grupos de comunicação rivais, ao menos para os padrões locais, não tem deixado espaço para o surgimento de novas concorrências para fazerem frente ao poderio destes grupos de comunicação. A única exceção é o *Jornal Pessoal*, escrito e editado solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Embora tenha uma edição e circulação bem limitadas, bem abaixo da capacidade exibida pelos dois “titãs” da imprensa regional, o *Jornal Pessoal* é, sem dúvida alguma, uma publicação que influencia a opinião pública por uma série de razões, como veremos mais adiante, sendo uma delas, certamente, a credibilidade de seu único autor, capaz de torná-lo um ator relevante no cenário institucional aqui sumariamente esboçado. O jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto possui 45 anos dedicados à observação da política paraense e da realidade da Amazônia. Ele é o editor e único redator do *Jornal Pessoal*, publicado quinzenalmente desde 1987, de forma ininterrupta.

Nesse cenário de relações interconectadas entre imprensa e classe política, o presente artigo objetiva, em primeiro lugar, analisar como os principais grupos de comunicação social do estado do Pará – a Organizações Rômulo Maiorana (ORM), responsável pela edição do jornal *O Liberal* e a Rede Brasil Amazônia (RBA), ao qual se vincula o jornal *Diário do Pará* –, dispõem seus interesses empresariais e, sobretudo, seus interesses políticos em face da tentativa de

conquistar, senão mesmo monopolizar, em larga medida o mercado da informação estadual. E, em segundo lugar, busca verificar como as pequenas mídias impressas, tal como o *Jornal Pessoal*, acabam se contrapondo, ainda que de modo limitado, ao desequilíbrio da informação plural.

A teoria da democracia em Joseph Schumpeter (1961) concebeu a democracia representativa liberal como mero procedimento pelo qual os eleitores – em sua esmagadora maioria, ainda segundo a mesma concepção, mal informados e indiferentes ao jogo político – escolhem qual das elites concorrentes irá governá-los após vencer as eleições. Depois dessa constatação inovadora para a época, a literatura de Ciência Política vem indicando o fortalecimento da estabilidade democrática no Brasil e em outros países que saíram de regimes autoritários quando há condições mínimas de procedimentos democráticos, com eleições livres, sem coerção, sem fraudes e com a possibilidade das oposições ocuparem o poder alternadamente. No entanto, além das instituições estarem funcionando de forma regular e com eleições periódicas são necessários outros fatores para fortalecer a democracia: direitos humanos, liberdade de expressão, cultura política democrática, direitos sociais, jornalismo livre, etc. (Dahl, 2005).

Nosso referencial teórico são os estudos que abordam a qualidade da democracia com foco no estudo da liberdade de informação e liberdade de expressão dos meios de comunicação para informar ao público o que ocorre na sociedade (Balán, 2013; Gugliano, 2013). Alfredo Gugliano (2013) aponta que, apesar das dificuldades de mensuração e definição de qualidade da democracia, este tem sido um campo de pesquisa necessário nas Ciências Sociais nos últimos anos em razão dos resquícios autoritários na sociedade sul-americana, e da possibilidade de avaliar a qualidade dos governos. Na mesma linha, Manuel Balán (2013) comenta que a qualidade da democracia aumenta quando os meios de comunicação possuem uma diversidade de opiniões, independência midiática e uma posição crítica aos governos. Isso fortalece o debate público e a qualidade da informação que chega ao cidadão. Esse artigo verifica se esse cenário democrático de pluralidade e de independência midiática ocorre no Pará.

As duas grandes empresas de comunicação analisadas aqui representam elites políticas antagônicas, em contínua competição entre si, possibilitando um relativo espaço para maior acesso à informação jornalística, pelos cidadãos que consomem notícias, na medida em que os veículos expõem as virtudes e os defeitos da classe política paraense. Dessa forma, o embate entre estes poderosos grupos de comunicação estadual promove ou dificulta a qualidade da informação, e por consequência, a qualidade da democracia paraense?

A nossa hipótese de pesquisa aborda que não é pequeno o risco de que venha a ocorrer um alinhamento político entre os dois grandes grupos de comunicação paraenses realçando a inevitabilidade da disputa política, e também da informação política, fora desses políticos apoiados pelos jornais. Ou seja, a política paraense estaria circunscrita pela visão desses dois grupos de comunicação. Em caso de se configurar nossa hipótese de pesquisa sucederia um desequilíbrio de informações de modo a afetar, exponencialmente, o acesso para outros tipos de informações que sejam de interesse público. Nessa situação, restaria aos pequenos grupos de mídia romper esse eventual cerco ao acesso à pluralidade de informações.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira seção deste artigo apresenta-se a história de fundação dos maiores jornais, atualmente, do Pará, *O Liberal* e o *Diário do Pará*, e mostramos os vínculos que estas empresas possuem com a classe política paraense. Na segunda seção, acompanha-se uma tentativa solitária da mídia impressa de se contrapor ao desequilíbrio de informações promovido pelos grandes jornais através da atuação do *Jornal Pessoal*. Na seção seguinte, analisam-se a relação entre os jornais e a classe política no modo como isso afeta o acesso a uma informação mais plural para o cidadão, afeta a disputa política nos mais variados âmbitos, e afeta a qualidade da democracia paraense. Na última seção, apresentam-se as conclusões finais desta pesquisa.

2 BREVE GÊNESE DOS JORNAIS “O LIBERAL” E “DIÁRIO DO PARÁ”

A cena política paraense foi marcada, por muitas décadas, pelos embates que envolviam, de um lado, o governador Magalhães Barata, representante plenipotenciário no Pará do ditador e, depois, presidente constitucional Getúlio Vargas, e, de outro lado, seus adversários políticos, dentre os quais se incluem o jornalista Paulo Maranhão que era, provavelmente, o mais afamado redator do jornal *A Folha do Norte* do qual era proprietário.

O poderio político do qual Magalhães Barata usufruía no plano estadual encontrava rigorosa semelhança com a influência exercida por Getúlio Vargas no plano nacional. Por certo, havia diferenças idiossincráticas entre os dois políticos. Getúlio Vargas possuía um refinamento intelectual e um faro político acentuado que faltavam ao líder paraense. O folclore político estadual dá conta, inclusive, de vários casos que narram decisões governamentais abusivas tomadas por Magalhães Barata nas quais avultam seu caráter prepotente com pouco, ou nenhum, apreço pelas regras legais. Outra distinção que não pode ser ignorada é a partidária. Na democracia de 1945-1964, Getúlio Vargas pertencia e dirigia o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao passo que Magalhães Barata integrava o Partido Social Democrático (PSD).

Quando foi governador do Estado do Pará – primeiro como interventor nomeado pelo ditador Getúlio Vargas no período do Estado Novo e, depois, como governador eleito por sufrágio universal direto –, Magalhães Barata sofreu forte oposição do jornal *A Folha do Norte*. Não havia naquela época a ideia, hoje mais ou menos asentada entre nós, de que era preciso respeitar a oposição partidária em respeito ao pluralismo e/ou ao dissenso políticos. Sobretudo para quem estava na oposição, fazer política significava quase sempre ficar exposto aos diversos tipos de constrangimentos e, até mesmo, aos eventuais riscos de violência física de parte dos chamados seguidores de Magalhães Barata, alcunhados “Baratistas”.

Foi nesse cenário de extrema polarização política – naquela época ou se era “Baratista” ou se era opositor havendo pou-

co espaço para posições equidistante dos extremos – que o jornal *A Folha do Norte* conheceu o ápice de sua singular trajetória, embora, como foi dito, estivesse em clara oposição ao carismático, mas autoritário, governador Magalhães Barata. Os editoriais críticos do jornalista Paulo Maranhão se tornaram a voz mais vibrante e popular contra os atos dos governos Barata.

Décadas depois, quando o jornal não mais existia, o escritor Haroldo Maranhão, neto do ex-proprietário e jornalista Paulo Maranhão, lembrou como o tenso momento político então vivido levou a família a se insular no próprio prédio do jornal, com receio de que pudesse ser alvo de atos de violência ou vandalismo pelos agentes e/ou simpatizantes do Governador Barata. Assim, no livro autobiográfico *Querido Ivan*, Haroldo Maranhão narra como, junto ao irmão Ivan, passou a infância tendo pouco contato com o ambiente externo ao do prédio que abrigava o jornal *A Folha do Norte*, o que transformava, praticamente, o prédio do jornal em sua casa:

Creio que jamais viajamos de ônibus, tudo à conta dos ódios políticos que lavraram na cidade. Raras vezes descemos ao Boulevard. Então, tornamo-nos precocemente adultos, direcionando nossas brincadeiras de infância no sentido de brincar de jornalistas e de gráficos, o que resultou em acabarmos sendo quase doutores num ofício que nos foi útil, feito o balanço de tudo. Puseram-nos na testa o rótulo de sermos um dos Maranhões. Éramos estrangeiros na própria terra e purgávamos por desavenças que não eram nossas (...). (Maranhão, 1998, p.40).

O jornal *A Folha do Norte* sobreviveu à morte do líder político Magalhães Barata cujo governo combatia, ocorrida em 1959, mas não durou muito tempo. Com a morte do jornalista Paulo Maranhão, o jornal foi, aos poucos, definhando até ser comprado, nos anos 1960, pelo empresário Rômulo Maiorana que preferiu chamar o jornal de *O Liberal*. A família Maiorana construiu o Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação que funcionou até meados da década de 1980. Após a morte do patriarca e seu principal líder, o Sistema Rômulo

Maiorana deu origem às Organizações Romulo Maiorana (ORM).

A ORM é um dos principais grupos empresariais no ramo da Comunicação Social do Pará, da qual fazem parte os jornais *O Liberal* e *Amazônia* (este último fundado em 2010); as emissoras de rádio *Liberal FM* (musical popular), *Lib Music* (musical segmentada) e *O Liberal CBN* (jornalística); também faz parte do grupo a *TV Liberal* (afiliada à TV Globo); a *ORM Cabo* (TV por assinatura); e o *Portal ORM* (portal de notícias na Internet). Nos dias atuais, segundo dados disponíveis pelo próprio grupo de comunicação ORM, a tiragem média de *O Liberal* é superior a 35 mil exemplares nos dias de semana, aproximando-se dos 80 mil exemplares aos domingos, uma tiragem entre as maiores das regiões Norte-Nordeste do Brasil.

O Liberal assumiu a posição de líder de tiragem atualmente, mas isso não quer dizer que durante sua trajetória ascendente não houve concorrência. Nas décadas de 1980 e 1990, *O Liberal* teve vários concorrentes sendo o mais importante *A Província do Pará*. *A Província do Pará* foi fundada ainda no século XIX, em 1876, por Joaquim José de Assis, e circulou por 125 anos, tendo sua última edição publicada no ano de 2001. Durante as duas primeiras décadas do século XX, com o apogeu do ciclo da borracha e a *Belle Époque*, a publicação pertenceu ao intendente da época, Antonio Lemos. Em 1947, *A Província do Pará* fez parte do grupo Diários Associados, tendo sido vendido, em 1997, para a Editora Cejup. Foi repassado para outro grupo empresarial, em 2001, quando deixou então de circular. Nesse período já era o jornal de menor circulação no Estado do Pará, perdendo até para a *Amazônia Jornal*, publicação menos popular e de menor tiragem das Organizações Romulo Maiorana.

Na crise econômica e de relevância pública dos seus concorrentes, *O Liberal* terminou tornando-se o jornal mais lido da capital, Belém, e do Estado do Pará, segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e do Instituto Verificador de Circulação/IVC (www.ivc.org.br). Entretanto, o controle das notícias do jornal *O Liberal* na sociedade paraense diminuiu com o aparecimento de um novo concorrente. *O Diário do Pará* apareceu no início dos anos 1980, e era distribuído gratuitamente até nas portas

da Universidade Federal do Pará (UFPA) e nas faculdades particulares de Belém. O jornal era impresso, inicialmente, como apenas um caderno, nada indicando que teria vinda longa em especial porque servia de instrumento de propaganda política para o seu proprietário, o então governador estadual Jäder Fontenelle Barbalho.

O tabloide, porém, cresceu à sombra da carreira política, então ascendente, de seu proprietário e, alguns anos depois, compunha um novo grupo de comunicação social chamado Rede Brasil Amazônia (RBA) ao qual se integrava também uma emissora de televisão, vinculada ao grupo *Bandeirantes de Televisão*, de São Paulo, bem como emissoras de rádio. Não cabe aqui indagar sobre como as intrincadas redes de relações políticas e econômicas permitem a certos políticos, como, por exemplo, Jader Barbalho no Pará e José Sarney, no Maranhão, constituírem poderosos grupos de comunicação social que lhes servem como importante suporte político, influenciando decisivamente a opinião pública regional. Não obstante, é preciso reconhecer que tal grupo de comunicação social, RBA, não surgiu de deliberado empreendimento do ramo jornalístico que desejava expandir seus negócios no estado paraense, mas sim, trouxe, desde o seu início, um projeto midiático com caráter nitidamente político-partidário.

A primeira edição do *Diário do Pará* circulou no dia 22 de agosto de 1982, dentro da política do então patriarca Laércio Barbalho em fazer oposição ao regime militar. À época, a eleição de Jader Barbalho – filho de Laércio – para o governo do Estado apareceu como uma alternativa progressista para a ditadura que ainda sobrevivía, em grau menor do que em anos anteriores. Nos anos 1980, a disputa pelo predomínio de leitores na imprensa escrita era grande, sendo o *Diário do Pará* um “jornal de campanha”, para um fim específico, com poucos recursos tecnológicos; e *O Liberal* e a *Provincia do Pará* com conhecimento maior do público e leitores cativos, além de maior qualidade de impressão. As máquinas de impressão do jornal foram compradas em Bauru, interior de São Paulo. Um investimento na empresa para brigar, de fato, pelo público paraense.

Atualmente, o jornal *Diário do Pará* se destaca como um con-corrente direto pela posição de principal veículo impresso do estado

do Pará, posto ocupado pelo *O Liberal*. Esse provável, e aparente, alinhamento dos veículos midiáticos aos grupos político-partidários acaba inviabilizando, *a priori*, o acesso a outros tipos de conteúdos por parte da população, por causa da concentração da informação em poucos grupos de comunicação, deixando a pluralidade de visões nas mãos de iniciativas individuais e, muitas vezes, isoladas de jornalismo combativo. Na próxima seção, mostramos uma dessas manifestações de pequenos grupos de imprensa que buscam contrapor-se ao monopólio de informações no território paraense.

3 A PEQUENA IMPRENSA COMBATIVA: A ATUAÇÃO DO “JORNAL PESSOAL”

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará. Aos 45 anos, Romulo Maiorana Júnior é um dos homens mais poderosos do Pará. Exibe esse poder de várias maneiras (...). Ou fazer baixar o pano. Está aí, justamente, uma das fontes principais do poder de Romulo Júnior: a TV Liberal é uma das afiliadas da Rede Globo de Televisão. Essa conquista multiplicou a força que a corporação tinha quando o pai dispunha apenas de um jornal, já em carreira ascendente contra dois concorrentes, a Folha do Norte pré-moribunda e A Província do Pará claudicante. A retransmissão das imagens da Globo era feita pela TV Guajará, de Lopo e Conceição de Castro. Mesmo com todo trabalho de aproximação que empreendeu junto a Roberto Marinho, Romulo Maiorana pai não teria conquistado o trunfo se não contasse com a imperícia do antigo afiliado. (Pinto, 2005).

O trecho extraído acima é do artigo “O Rei da Quitanda”, escrito em janeiro de 2005, em que o jornalista Flávio Pinto faz fortes críticas ao Grupo Liberal e ao seu principal executivo Romulo

Maiorana Júnior, conhecido também pela alcunha de “Rominho”. Essa é umas das tônicas de combate contra os grandes grupos de mídia que controlam a informação no estado do Pará, como se percebe neste outro trecho onde o jornalista Flávio Pinto critica novamente o grupo Maiorana:

(...) Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco. (...) Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do soba, que o manipula conforme seus caprichos. O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre. (Pinto, 2005).

Nos últimos anos, Flavio Pinto, respondeu – e responde até hoje – a uma grande quantidade de processos judiciais, um caso único na imprensa do Pará. Em principio, o *Jornal Pessoal* incluí em sua agenda de conteúdo alguns temas que, em geral, ficam foram da chamada grande imprensa da região. Tida como a mais relevante publicação independente do Pará e da Amazônia Legal, o *Jornal Pessoal* completou 28 anos em 2015. É uma das mais longevas publicações da mídia alternativa do país. Nas décadas de 1970 e 1980, Lúcio Flávio trabalhou em jornais da grande imprensa nacional, como, por exemplo, *O Estado de São Paulo*. A premissa fundamental de seu

trabalho são as grandes reportagens, as análises político-econômicas e, não menos importante, sempre houve a tendência de incomodar as elites paraenses em suas matérias.

Com tiragem de aproximadamente 3.000 unidades, o *Jornal Pessoal* trabalha, prioritariamente, em pautas voltadas para o contexto político regional, escândalos financeiros e crítica da mídia. A história do jornal ganhou linhas violentas no dia 21 de janeiro de 2005, quando Lúcio Flávio Pinto foi agredido em um restaurante, no centro da capital paraense, pelo empresário Ronaldo Maiorana, dono do jornal *O Liberal* e herdeiro do maior grupo de comunicações do Norte do país, as Organizações Romulo Maiorana. O empresário agrediu Lúcio Flávio pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O Rei da Quitanda”, veiculado na edição nº 337 do *Jornal Pessoal*, que foi escrito na primeira quinzena de janeiro de 2005. Na nota dirigida ao público e divulgada pelo jornal *Diário do Pará*, concorrente mais poderoso do jornal *O Liberal*, o jornalista atacado Flávio Pinto comenta a agressão sofrida:

(...) Como Ronaldo Maiorana proclamou, aos brados, que vai me matar para que eu “nunca mais fale” de sua família, a partir de agora ele é o responsável por qualquer violência que me vier a acontecer, seja a praticada pessoalmente por ele, seja a acertada com seus cães de fila, sobre os quais pesa a suspeita de integrarem a corporação de polícia organizada para defender a coletividade [*no momento da agressão a Lúcio, dois policiais militares a paisana acompanhavam Ronaldo Maiorana*]. Não me intimidarei. Continuarei a fazer o jornalismo que sempre fiz ao longo de quase 40 anos e a reagir a todas as violências, contra mim e contra terceiros. Tomarei também as providências administrativas e judiciais cabíveis contra esse cidadão que se considera acima do bem e do mal, dono do Estado. Como não estou à venda, não sou covarde e jamais me curvei aos prepotentes, mesmo que esteja ao seu alcance o maior dos poderes, faço minhas as famosas palavras da lendária heroína espanhola, La Pasionária: “No pasarán”. Não passarão sobre mim pessoas indignas como Ronaldo Maiorana. (Pinto: 2005).

Uma semana depois, o Portal de notícias e análises jornalísticas *Observatório da Imprensa* reproduziu a seguinte nota, enviada pelo empresário Ronaldo Maiorana esclarecendo a sua versão sobre a briga:

Qualquer tipo de grosseria é um erro, e a cometida no restaurante contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto foi um deles. Mas isto foi consequência. A causa provém de longos 17 anos de infâmia, calúnia e difamação contra uma família que trabalha pelo Pará e contra uma pessoa que contribuiu muito para o jornalismo no Estado, que se chamava Romulo Maiorana [*fundador do grupo e pai do atual presidente*] e que morreu há mais de 18 anos. Esse tinha no jornalismo objetivos claros: a informação e o respeito à dignidade das pessoas. Pena que essa escola não foi seguida no Estado. Nenhum Instituto Médico-Legal pode quantificar o dano causado à memória e à honra de membros da família, tanto os de ontem como os de hoje, por esses 17 anos de infâmia, calúnia e difamação. Atenciosamente, Ronaldo Maiorana - O Liberal - Belém do Pará. (Maiorana: 2013).

O episódio envolvendo o diretor das Organizações Romulo Maiorana e o editor do *Jornal Pessoal* serviu para chamar atenção da sociedade paraense à luta solitariamente conduzida, há quase 20 anos, pelo jornalista Flávio Pinto. Se a intenção da agressão fora destinada para calar a voz do jornalista opositor ao monopólio de informação, certamente a agressão física e a ameaça de morte tiveram efeito radicalmente distinto: o caso foi amplamente noticiado, ao longo de uma semana, pelo jornal concorrente *Diário do Pará*, ainda que por razões não só de ordem jornalística, além de a agressão ter sido muito mal avaliada na sociedade paraense.

É importante reconhecer que se a matéria “O Rei da Quitanda” foi capaz de provocar a fúria do jornalista Ronaldo Maiorana, do Grupo ORM, a ponto de fazê-lo partir para a agressão física contra seus adversários, isso significa que o *Jornal Pessoal*, embora tenha uma tiragem extremamente restrita de exemplares, é capaz de influenciar os chamados formadores de opinião pública. Este fato cimenta a nossa convicção de que os pequenos grupos de imprensa alternativa possuem uma in-

fluência que vai muito além do que a mera aferição matemática de sua tiragem pode sugerir, embora não consigam alcançar o chamado grande público (ou o leitor mediano, como se queira).

Em suma, o *Jornal Pessoal* tem alta relevância política e suas informações são frequentemente veiculadas à margem dos interesses dos dois titãs da imprensa paraense, rompendo, assim, eventuais simetrias na divulgação, ou ocultação de fatos de interesse coletivo. Fosse um jornal inexpressivo, do ponto de vista do seu alcance político, certamente o herdeiro do grupo ORM teria optado por ignorar a publicação, evitando alimentar o ressentimento que desencadeou o ato de fúria já referido.

Acrescente-se, por último, que o jornalista Flávio Pinto parece convencido de que faz parte de sua tarefa como jornalista confrontar-se com o poder sempre que este tentar opor obstáculos ao acesso às informações de interesse coletivo. Ao longo do tempo, o *Jornal Pessoal* tem insistido em investigar não somente o conteúdo das notícias dos dois titãs da imprensa paraense, apontando-lhes eventuais parcialidades na divulgação das informações, sobretudo em face do poder político local, mas também tem dedicado considerável tempo e energia em divulgar dados e informações sobre a saúde financeira de tais jornais.

Evidentemente, essa postura vigilante deste pequeno jornal em relação à atuação dos grandes jornais de Belém do Pará favorece exponencialmente a circulação e a pluralidade de informações que, de outro modo, e considerando os poderosos interesses locais, não chegariam ao conhecimento da opinião pública. O *Jornal Pessoal* representa, claramente, uma revolta contra um possível desequilíbrio das informações dos jornais estabelecidos e um meio de aprimorar a qualidade da democracia estadual.

4 O DESEQUILÍBRIO DAS INFORMAÇÕES DOS GRANDES JORNAIS

A luta entre os dois grandes jornais paraenses – o *Diário do Pará* e *O Liberal* –, ambos com sede em Belém, extrapola os limites da competição meramente empresarial para se converter, sobretudo,

em uma competição de cunho político cuja meta, mal disfarçada, não parece ser outra senão liquidar a concorrência. E isso não se limita, somente, há razões econômicas ou razões jornalísticas. A competição entre os dois titãs da comunicação social paraense exorbitou do campo empresarial ou econômico para invadir o campo político. Grupos políticos rivais aglutinam-se ao lado de um jornal ou de outro, de modo a assegurar que as informações de interesse público possam circular e chegar, assim, ao conhecimento da opinião pública de forma controlada por cada setor político. Ou seja, as informações sofrem uma alteração de conteúdo conforme os interesses políticos por detrás dos jornais.

Por exemplo, o apoio do *Diário do Pará* ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ocorre, pois o dono do jornal é o ex-governador, e atualmente senador, Jáder Barbalho. Pelo PMDB ele foi eleito governador estadual por duas vezes. O primeiro mandato foi de 1983 a 1987. Como nessa época não havia a possibilidade de reeleição, Jáder Barbalho não pode concorrer para um novo mandato consecutivo. Só retornaria ao poder em 1991 ficando no governo do estado do Pará até 1994. Nessa época, de 1983 até 1994, o PMDB ocupou o governo estadual muito em circunstância do legado positivo de partido oposicionista ao regime militar de 1964-1985. O PMDB é o herdeiro direto do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a principal fonte de contestação ao regime militar e ao partido apoiador dos militares, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No retorno ao regime democrático, já como PMDB, tornou-se o principal partido do país ocupando vários governos estaduais e a Presidência da República com José Sarney (1985-1990) que ocupou a presidência com o falecimento do presidente eleito, indiretamente pelo Congresso, Tancredo Neves. Apesar do sucesso inicial dos primeiros anos após a redemocratização, o PMDB nunca mais voltou ao poder presidencial. A mesma coisa ocorreu no governo estadual desde a saída de Barbalho em 1994.

O jornalismo impresso paraense movimenta-se segundo estas divergências entre a classe política. Um fato marcante ocorreu durante o mandato da governadora Ana Júlia Carepa do Partido dos

Trabalhadores (PT). Ela tinha vencido uma eleição apertada, no segundo turno das eleições de 2006, contra o ex-governador do estado Almir Gabriel do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que tinha terminado na frente no primeiro turno, com 54,9% dos votos válidos contra 45,1% dos votos do adversário. Precisando de sustentação política para conseguir governar, sucedeu que ela obteve apoio de Jáder Barbalho, do PMDB, que terminou se integrando à coalizão governamental da governadora Ana Júlia Carepa, no período de 2007 até 2010. Por causa disso, o jornal *O Liberal* passou a criticar intensamente o governo estadual porque Jáder Barbalho é o dono do jornal concorrente. Todavia, se por acaso o PMDB tivesse perdido para a oposição, *O Liberal* não hesitaria em apoiar a coalizão governamental da governadora petista. Esse movimento político pendular do *O Liberal* é igualmente acompanhado pelo jornal *Diário do Pará* só que na direção contrária.

Vale frisar que a ala do PMDB vinculada a Jáder Barbalho tem assumido o papel de fiel da balança na luta entre o PT e o PSDB no Pará, da mesma forma que o PMDB é o partido prioritário para sustentar a governabilidade no plano federal. Quaisquer que sejam os resultados das eleições majoritárias paraenses, “petistas” e “tucanos” sabem que precisarão do apoio do PMDB para lograr maioria legislativa tranquila, seja na Assembleia Legislativa do Estado, seja na Câmara Municipal da capital, Belém. A alternativa a esse cenário, até aqui claramente delineado na necessidade de apoio peemedebista, é buscar o apoio dos partidos chamados nanicos, o que sempre aumenta os custos de transação para o partido na situação que necessita alcançar maioria legislativa. Dividir a fatia do bolo governamental com mais legendas sempre requer maior jogo de cintura e habilidade por parte do Executivo.

No momento atual da política estadual, o PMDB possui um papel de coadjuvante no Executivo e de protagonista no Legislativo. Provavelmente, o partido está incomodado com o crescimento do PSDB nas últimas eleições municipais, sobretudo em cidades importantes da Região Metropolitana de Belém – Belém e Ananindeua são os maiores colégios eleitorais do Estado do Pará e passaram para as mãos dos

tucanos nas eleições municipais de 2012 –, por isso assumiu uma posição crítica em relação ao governo estadual do economista Simão Jatene (PSDB). Simão Jatene foi eleito governador vencendo no segundo turno das eleições de 2014, na sua campanha para reeleição, o filho do ex-governador do estado, Jáder Barbalho, que até tinha terminado o primeiro turno na primeira colocação. A votação, bem apertada por sinal, foi de 51,9% dos votos válidos para Simão Jatene (PSDB) contra 48,1% dos votos válidos para Hélder Barbalho (PMDB).

A perda de municípios estratégicos foi particularmente dura para o PMDB, principalmente, a cidade de Ananindeua que fora governada por oito anos por Hélder Barbalho, filho do senador Jáder Barbalho. Manoel Carlos Antunes (PSDB) foi eleito prefeito de Ananindeua em 2012 com 53,8% dos votos válidos, num reduto particular do PMDB que teve dois mandatos consecutivos de Hélder Barbalho na cidade antes da vitória tucana. Na capital estadual, Zenaldo Coutinho (PSDB) tornou-se prefeito de Belém ao vencer, no segundo turno das eleições de 2012, o candidato Edmilson Rodrigues do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 56,6 % dos votos válidos. Essa foi a primeira vez que os tucanos conseguiram conquistar a prefeitura da capital paraense.

Em relação aos outros dois partidos importantes do estado do Pará, PT e PSDB, as críticas de *O Liberal* estão na quase na mesma proporção para o PT daquelas que são disferidas para o PMDB, mas mais suaves em relação ao PSDB. O jornal *O Liberal* que antes criticara a aliança de Simão Jatene (PSDB) com o PMDB, continua a atacar pesadamente o senador Jáder Barbalho, mas deixou de criticar o governo do PSDB estadual.

Se tomarmos, portanto, os estudos sobre qualidade da democracia como referencial analítico aplicado ao caso presente, pode-se dizer que a luta empresarial, política e até mesmo idiossincrática entre *O Liberal* e *O Diário do Pará* assegura uma relativa circulação de informações de interesse coletivo, de modo a manter o cidadão consumidor de notícias razoavelmente informado acerca do que acontece ao seu redor. Um regime democrático precisa prezar os direitos individuais (sociais e políticos), as regras constitucionais e a

liberdade de expressão e de pensamento da sociedade. Dessa proteção estão abrigados, em conjunto, os órgãos de imprensa que precisam ter seus direitos preservados de arbitrariedades governamentais (Manin, 1995; Dahl, 2005; Balán, 2013; Gugliano, 2013).

De outro lado, os meios de comunicação poderiam prejudicar a qualidade da democracia de um país, de um estado ou mesmo de uma localidade, com uma atuação que, por vezes, privilegia os seus próprios interesses econômicos? Essa é uma questão pertinente em razão das circunstâncias da atuação jornalística no estado do Pará. No caso analisado, os jornais acabam por não colocar de lado seus antagonismos políticos e idiossincráticos em prol de divulgar informações averiguadas com imparcialidade. Pelo contrário, somente o que interessa aos donos das empresas é noticiar fatos que prejudiquem a classe política concorrente.

É o grave problema do desequilíbrio de informações que ocorre no território paraense quando uma rivalidade política entre os dois grandes grupos de comunicação realça a inevitabilidade da disputa política, e também da informação política, dentro desse jogo político apoiado pelos jornais. Assim, o público percebe a política paraense fechada na visão desses dois grupos de comunicação. Isso é um claro prejuízo à pluralidade de opiniões e à qualidade da democracia paraense.

Outro fator que pesa na balança da liberdade de imprensa no Pará são os anunciantes. Atualmente, os principais anunciantes dos jornais são o Governo do Pará ou multinacionais, como por exemplo, a mineradora *Vale*, cuja presença no Pará é muito forte na região do Carajás. Nessas circunstâncias de alto financiamento desses interesses poderosos, mais frequentes do que seria desejável, há um claro alinhamento entre os dois jornais paraenses mais influentes que passam a ocultar ou, em outras palavras, começam a omitir notícias que possam contrariar os interesses dos poderosos anunciantes. É bem provável que tal situação deve ocorrer nos demais meios de comunicação do Brasil, ou seja, não se trata de um caso isolado.

Dessa forma, as informações veiculadas pelos meios de comunicação passam, então, a ser desequilibradas prejudicando o acesso dos cidadãos a fatos que lhes interessam, especialmente, os

fatos de natureza local. Um exemplo prosaico pode ser citado aqui: a contratação da manicure da então governadora petista Ana Júlia Carepa como assessora de governo. Isso só pôde ser descoberto porque alguém vazou a notícia para a *Folha de São Paulo* que divulgou e obrigou, assim, o governo do Pará a retroceder e a tornar sem efeito o ato de nomeação da manicure. Os dois grandes jornais paraenses nada noticiaram a respeito, sonegando, assim, da opinião pública o acesso a essa informação que, embora prosaica, deixava transparecer a confusão que o governo fazia entre o manuseio da coisa pública em face dos interesses meramente privados. *O Liberal* e *O Diário do Pará* preferiram tratar de outros assuntos a colocar suas redações para investigar os desvios administrativos de um dos seus principais financiadores.

Portanto, quando as informações políticas veiculadas pelos meios de comunicação se tornam parciais, endereçada para proteger os interesses de um grupo político, quem sai perdendo é o cidadão interessado em obter acesso à verdade factual dos acontecimentos. Noutro extremo, quem sai ganhando são os poderosos – seja essencialmente uma facção política, seja majoritariamente um grupo empresarial – que logram colocar suas ações políticas ou ações econômicas, por vezes contraditórias, fora do potencial escrutínio da opinião pública mais bem informada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, o certo é que o *Jornal Pessoal* pode ser reputado como a única publicação que exprime uma revolta contra o desequilíbrio das informações praticado pelos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*. A toda evidência, o jornalista Flávio Pinto não representa nenhum grupo político determinado. A influência pública de seu jornal certamente deixaria Joseph Schumpeter (1961) um tanto surpreso ao constatar que a esfera pública pode ser ocupada não somente pelo choque entre grupos políticos distintos, mas também por indivíduos isolados cujos interesses de ordem coletiva

encontram forte ressonância no bojo da opinião pública.

Sobre a nossa hipótese de pesquisa acerca do risco de que venha a ocorrer um alinhamento político entre os dois grandes grupos de comunicação paraenses, *O Liberal* e *Diário do Pará*, no objetivo de realçar a inevitabilidade da disputa política fora desses políticos apoiados pelos jornais, verificou-se coerente com a baixa competitividade do mercado jornalístico no estado do Pará nos últimos anos. A briga político-empresarial entre os jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* é abastecida pela verba em publicidade dos anúncios das empresas privadas e do governo estadual. Os jornais se mantêm funcionando através da verba oriunda dos anunciantes, mas ficam impedidos, na prática, de fazerem críticas destes anunciantes devido à dependência econômica desses recursos em um cenário de crise de vendas e fraca leitura de jornais impressos.

Isso representa um significativo déficit democrático quando a isenção jornalística desaparece em função dos patrocinadores que sustentam a tiragem dos jornais. Assim, a informação que chega ao público, na maioria das vezes, é parcial. As informações dependem das limitações que os meios de comunicação sofrem dos anunciantes. Assuntos ditos de interesse público podem, na verdade, esconder interesses dos donos dos meios de comunicação para prejudicar os concorrentes, ou mesmo, colocar em pauta assuntos que protejam interesses dos anunciantes.

O estudo de caso aqui realizado da relação entre jornais e política no Pará traz à tona um debate, ainda escasso na mídia brasileira, de uma melhor regulação do papel e da responsabilidade da mídia. Um debate que vem sendo muito forte, por exemplo, na Argentina. No país vizinho, foi criada a lei de regulação dos meios de comunicação argentina, a chamada *Ley de Medios*, que procura desmembrar a estrutura dos grandes conglomerados de mídia através de uma proposta diferenciada de democratização dos meios eletrônicos. Esse é um tema polêmico cujo novo presidente argentino, Mauricio Macri, posicionou-se contrário a esta regulação, já nos primeiros dias na presidência, tentando derrubar a *Ley de Medios* através do expediente de decretos de urgência para fechar dois órgãos respon-

sáveis de aplicar a regulamentação dos meios de comunicação: a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA) e a Autoridade Federal de Tecnologias da Informação e da Comunicação (AFTIC). Esse fechamento de estatais regulatórias teve o claro intuito de impedir o cumprimento da *Ley de Medios* sobre as empresas de mídia. Em janeiro de 2016, dois juízes federais argentinos suspenderam, temporariamente, os decretos de urgências lançados pelo presidente Mauricio Macri, reestabelecendo as funções dos órgãos afetados pelos decretos de urgência.

Este é um debate que se encontra em um estágio embrionário no Brasil. A parcialidade de vários grupos de comunicação diante das denúncias da Operação Lava-Jato, que investiga desvios de recursos públicos da principal estatal brasileira a Petrobrás, evidencia uma total falta de isenção dos grupos de comunicação que necessita de uma maior fiscalização do Estado para resguardar a população de falhas na cobertura jornalística.

A pluralidade de visões é um dos pilares dos regimes democráticos que não deve ficar sem uma plena efetividade. As disputas dos grupos jornalísticos aqui analisados mostram quão ambíguos são os interesses de cada lado, demonstrando que ambos os lados querem retirar dividendos dos projetos da facção política que protegem ou comandam esses jornais. Portanto, encontrar uma forma de regulação da mídia para que ela não seja refém de políticos, anunciantes empresariais ou famílias midiáticas inescrupulosas é um papel do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS:

- BALÁN, M. Polarización y medios a 30 años de democracia. *Revista SAAP*. Vol. 7, nº 2, pp. 473-481, 2013.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia. Dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Editora Paulus, 2006.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FERNANDES, A. P. Reflexão sobre a regulação da convergência midiática na sociedade da informação. *Revista Brasileira de Ciências da*

Comunicação, v. 24, n. 1, 63-78, 2011.

- GUGLIANO, A. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 229-243, 2013.
- LIMA, V. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 29, São Paulo, 1995.
- MARANHÃO, H. *Querido Ivan*. Belém do Pará: Grafisa, 1998.
- MARQUES, J; MONT'ALVERNE, C. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 12, número 1, pp.121-137, 2015.
- MIGUEL, L. F. Dossiê Mídia e Política. *Revista Brasileira de Sociologia e Política*, número 21, São Paulo, p.01-12, 2004.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- PORTO, M. Enquadramentos de Mídia e Política. In: CANELAS, R. (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- ROTHBERG, D. Política mediada, democracia e elites. *Comunicação e Política*, v. 23, n. 2, p. 15-40, 2005.
- RUBIM, A. *Idade Mídia*. 2.ed. Salvador, EDUFBA, 2010.
- THOMPSON, J. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2012.

Recebido: 01/04/2016.

Aprovado: 19/09/2016.